



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. Sorbone, 375, . - Centerville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

### SENTENÇA

Processo nº: **3003081-03.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Impugnação Ao Valor da Causa - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Impugnante: **Banco Santander (Brasil) S/A**  
 Impugnado: **Personal Service Terceirização Ltda**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### CONCLUSÃO

Em 10/02/2014, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito desta 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos. Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente, subscrevi.  
 N. de Ordem: 1648/13-1

### Processo nº 1648/13-1

VISTOS.

A toda causa será atribuído um valor, mesmo que a pretensão não tenha conteúdo patrimonial específico.

No caso, a autora pretende a exibição de documentos que estariam em poder do requerido. Como se trata de pretensão sem valor patrimonial imediato é viável que se atribua à causa um valor meramente “estimativo”.

Nesse sentido:

Agravo de Instrumento. Ação Cautelar de Exibição de Documentos. Impugnação ao valor da causa. A toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

econômico imediato, no que se inclui a ação cautelar, seja ela preparatória ou incidental, e o valor da ação cautelar não guarda correspondência com o valor da ação principal, mas como da utilidade que se busca alcançar com o processo, ainda que não tenha valor patrimonial. Na impossibilidade de mensurar-se a vantagem econômica a ser auferida com a medida cautelar, como no caso de mera exibição de documentos, admite-se que se atribua valor meramente estimativo. Valor excessivo. Redução. Recurso provido. (TJSP, AI 0137203-84.2012.8.26.0000, Rel. Alcides Leopoldo e Silva Junior, DJ 06/11/2012).

Ademais, a sucumbência não está atrelada obrigatoriamente ao valor dado à causa (é possível o dimensionamento seguindo as diretrizes do artigo 20 do CPC).

Destarte, **REJEITO** a impugnação. Em consequência, fica mantido o valor da causa.

P.R.I.

São Carlos, 10 de fevereiro de 2014.

**MILTON COUTINHO GORDO**

**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**